

14 de agosto/2009

Jornada Nacional Unificada de Lutas

Não Vamos Pagar Pela Crise!

Editorial

Por que estamos em luta

NÃO ÀS DEMISSÕES. PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS. EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS.

Os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade vão às ruas no dia 14 de agosto, unidos, contra a crise e as demissões, por emprego e melhores salários, pela manutenção dos direitos e pela sua ampliação, pela redução das taxas de juros, na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela reforma agrária e urbana e em defesa dos investimentos em políticas sociais.

A crise da especulação e dos monopólios estourou no centro do sistema capitalista mundial, os Estados Unidos da América, e atinge todas as economias.

Lá fora - e também no Brasil -, trilhões de dólares estão sendo torrados para cobrir o rombo nas multinacionais, em um poço sem fim. Mesmo assim, o desemprego se alastra, podendo atingir mais de 50 milhões de trabalhadores.

No Brasil, a ação nefasta e oportunista das multinacionais do setor automotivo e de empresas como a Vale do Rio Doce, CSN e Embraer, levou à demissão centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

O Governo Federal, que injetou bilhões de reais na

economia para salvar os bancos, as montadoras e as empresas de eletrodomésticos (linha branca), tem a obrigação de exigir a garantia de emprego para a Classe Trabalhadora como contrapartida à ajuda concedida.

O povo não é o culpado pela crise. Ela é resultado de um sistema que entra em crise periodicamente e transforma o planeta em uma imensa ciranda financeira, com regras ditadas pelo mercado. Diante do fracasso desta lógica excludente, querem que a Classe Trabalhadora pague pela crise.

A precarização, o arrocho salarial, o arrocho salarial e o desemprego prejudicam os mais pobres. Nas favelas e periferias. É preciso cortar drasticamente os juros, reduzir a jornada de trabalho sem reduzir salários, acelerar a reforma agrária e urbana, ampliar as políticas em habitação, saneamento, educação e saúde, e medidas concretas dos governos para impedir as demissões, garantir o emprego e a renda dos trabalhadores.

Com este espírito de unidade e luta, vamos realizar, em todo o país, grandes mobilizações.

VALE E ARACRUZ CELULOSE PROVOCAM DESEMPREGO NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

Com a crise financeira, as empresas multinacionais que atuam no Brasil, sobretudo as vinculadas ao setor do agronegócio, realizaram inúmeras demissões, mesmo recebendo milhões em recursos públicos via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A empresa Vale, que tem em caixa US\$ 22 bilhões e lucrou US\$ 13,2 bilhões em 2008, demitiu no final do ano passado, 1.300 trabalhadores em todo o mundo, sendo cerca de 500 no Brasil, sem contar os trabalhadores terceirizados. Além disso, chegou a propor 50% na redução do salário dos trabalhadores como medida para não recorrer a mais demissões.

A empresa Aracruz Celulose já demitiu 140 trabalhadores diretos no Espírito Santo, mesmo

tendo sido comprada pela Votantim Celulose e Papel, numa transação que recebeu recursos públicos do Banco do Brasil e do BNDES.

Você sabia?

- Que, atualmente, há mais de mil desempregados no município de Aracruz? Isso é uma mostra de como a transnacional Aracruz Celulose não promove o desenvolvimento local nem a geração de empregos!



Recursos do pré-sal podem resolver problemas do povo

A descoberta do petróleo na camada do pré-sal no Brasil pode garantir melhorias nas condições de vida do povo brasileiro. Por isso, foi organizada nacionalmente a campanha "O petróleo tem que ser nosso", que defende mudanças no marco regulatório e o controle popular sobre o petróleo, além de propor que os recursos levantados na exploração dessa riqueza natural sejam investidos em educação, saúde, trabalho, moradia e reforma agrária, por meio de um fundo social soberano. Para isso, foi lançado um Projeto de Lei de iniciativa popular, que deve ser reforçado com muita luta popular!

PARTICIPE!

Ato da Jornada Nacional Unificada de Lutas no Espírito Santo

14 de agosto de 2009

Concentração a partir das 9h na Pracinha de Jucutuquara

NÃO ÀS DEMISSÕES! PELA RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES 151 E 158 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO! REDUÇÃO DOS JUROS! FIM DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO! REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS E DIREITOS! REFORMA AGRÁRIA E URBANA, JÁ! FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO! EM DEFESA DA PETROBRÁS E DAS RIQUEZAS DO PRÉ-SAL! POR SAÚDE, EDUCAÇÃO E MORADIA! POR UMA LEGISLAÇÃO QUE PROÍBA AS DEMISSÕES EM MASSA! PELA CONTINUIDADE DA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO E PELA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL AOS POVOS!

ORGANIZAÇÃO: Assembléia Popular, Movimento Sem Terra (MST), Via Campesina, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Intersindical, Fórum de Mulheres do ES, Sindicato dos Bancários (Sindbancários), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (Sindiupes), Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport), Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro), Diretório Central dos Estudantes (DCE-Ufes), Círculo Palmarino, Pastorais Sociais, Consulta Popular, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Passe Livre (MPL), Rede de Educação Cidadã (Recid), Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do ES (Famopes), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Fórum de Juventude Negra (Fejunes).

GOVERNO PAULO HARTUNG: PRIORIDADE AOS GRANDES PROJETOS E ABANDONO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresas transnacionais recebem investimentos do governo estadual, políticas públicas como saúde e segurança pública sofrem completo descaso

O governador Paulo Hartung, no contexto de crise econômica, continua priorizando os investimentos nas grandes empresas de capital estrangeiro, que seguem realizando demissões de trabalhadores, em detrimento de políticas públicas que geram emprego e vida de qualidade para a população. Dessa forma, aprofunda o modelo capitalista, baseado na exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais.

Segurança Pública

Na área de Segurança Pública, apenas no primeiro semestre do ano, ocorreram mais de 1000 assassinatos na Grande Vitória. Conforme o Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA), os municípios de Cariacica, Linhares e Serra estão entre as dez cidades com maior número de morte de jovens com idades entre 12 e 18 anos, no ano de 2006. Isso sem contar a situação alarmante dos presídios, superlotados, insalubres e com constantes violações dos direitos humanos.

Violência contra mulheres

A violência se abate também sobre as mulheres e não se investe em Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Nos últimos dois anos, 450 mulheres foram assassinadas no ES, vítimas de violência doméstica. Diante desse quadro alarmante, não se percebe a aplicação da lei Maria da Penha pelo governo do estado, que mesmo assinando um Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em 17/12/2007, sequer captou o recurso orçamentário destinado para o projeto. Enquanto isso, as delegacias funcionam em situação precária, sem uma assistência multidisciplinar às vítimas de violência.

Saúde Pública

Situação de completo descaso também é vista na área da Saúde Pública no ES, seja pelas precárias condições dos hospitais, com falta de leitos e medicamentos, seja pela falta de médicos. O governo insiste em dizer que está realizando investimentos nessa área, mas não é o que a população vivencia no cotidiano. Para piorar ainda mais a situação, desde dezem-



bro do ano passado foi aprovada uma lei que permite que a iniciativa privada possa gerir os recursos públicos do SUS, fato que compromete a transparência no uso desses recursos.

Transporte coletivo

Algo semelhante acontece com o transporte coletivo, que é de responsabilidade do Estado, mas que entrega o direito de explorar esse serviço à iniciativa privada, cujo objetivo não é o atendimento de qualidade, e sim o lucro, o que torna o transporte caro e precário. Enquanto isso, a população sofre com esse serviço e os donos das empresas e o SETPES lucram cada vez mais. A passagem aumenta todos os anos, mas os ônibus continuam lotados e de péssima qualidade.

Educação Pública

Assim como o transporte, a educação também é vista como mercadoria para o governo de Paulo Hartung. A busca pela qualidade do ensino público e uma vida escolar democrática e satisfatória para estudantes e profissionais não é prioridade. Para anular as críticas, aplica ações enganadoras como “quadro digital”, “mais tempo na

escola”, “ler, escrever e contar”, “trio gestor”, “terceirização da merenda”, dentre outros. As reais necessidades da Educação não são atendidas. A desvalorização dos profissionais é extrema, com ampliação da jornada de trabalho, aplicação do subsídio, descumprimento da Lei do Piso Nacional, não reposição das perdas salariais, desrespeito aos aposentados, etc. Os aliados de Hartung seguem seus passos. Como num “cartel”, a maioria dos prefeitos do Espírito Santo não atendem as reivindicações legítimas dos professores. Pelo contrário, seguiram a lógica de PH e ofereceram o mesmo índice de reajuste: apenas 4% (abaixo da inflação).

Se a vida da população capixaba estava ruim devido ao descaso com a área social por parte do governo estadual, ficará ainda mais agravada nesse contexto de crise econômica, com as demissões e aumento no custo de vida! Por isso, as organizações sociais e sindicais do ES exigem que o governador Paulo Hartung priorize os investimentos em saúde, educação, segurança, transporte, na agricultura camponesa e na reforma agrária!

Poder Judiciário deve garantir direitos da população

O Poder Judiciário no ES encontra-se numa grave situação. Ocorrem vendas de sentenças, nepotismo, morosidade, corrupção e relações promíscuas junto ao crime organizado. Essa situação agrava-se quando a impunidade corre solta e à luz da imprensa sem que haja punição e esclarecimento dos fatos, como foi o episódio da Operação Naufrágio.

Ao mesmo tempo, a população enfrenta uma justiça inoperante na esfera das execuções penais, o que resulta

em cadeias superlotadas, com penas vencidas e que não conseguem do Judiciário o direito à liberdade. Como a maioria da população carcerária é formada por negros, jovens e pobres, é um demonstrativo de que a Justiça é preconceituosa, racista e elitista.

Os movimentos sociais querem que o Poder Judiciário aprimore a cidadania e faça valer os direitos de todos, combatendo a corrupção e a impunidade de forma exemplar e garantindo os direitos elementares da população.

Investimentos na Reforma Agrária e na Agricultura Camponesa garantem empregos no campo e alimentos saudáveis e mais baratos

Nesse contexto de crise, a realização da Reforma Agrária e o investimento na agricultura camponesa aparecem como ferramenta potencial para solucionar de forma rápida os prejuízos gerados pela crise para os trabalhadores e impulsionar um modelo de desenvolvimento capaz de aquecer a economia sem destruir os recursos naturais.

Se a Constituição Federal fosse cumprida, a Reforma Agrária iria beneficiar 4 milhões de trabalhadores no Brasil, com o custo 10 vezes menor do que um emprego gerado na indústria ou na monocultura de exportação, como a celulose. Além disso, os assentamentos gerariam empregos indiretos na cidade. Se as 4 milhões de famílias sem-terra fossem assentadas, gerariam, no mínimo, 24 milhões de empregos indiretos, fora dos assentamentos, seja no comércio, na construção civil, na prestação de serviços.

Os principais movimentos camponeses sinalizam que uma das saídas para a superação da crise passa por um modelo de produção que prio-

rize a pequena e média propriedade, com técnicas agroecológicas, que preservam o meio ambiente e produzem alimentos de qualidade, mais baratos, sem agrotóxicos, garantindo a soberania alimentar – o direito que cada povo tem de se alimentar com dignidade. Para isso ocorrer, é preciso criar melhores condições de viver no campo, com créditos agrícolas, infra-estrutura de comercialização de produtos, moradias e escolas.

No entanto, a prioridade de investimentos dos governos não tem sido essa. O governo Paulo Hartung, pelo Plano 2025, pretende ampliar para 290,9 mil hectares as plantações de eucalipto no ES, sendo que nessa mesma área seria possível assentar cerca de 30 mil famílias Sem Terra. Um emprego na empresa de monocultivos de eucalipto Aracruz Celulose custa um investimento de quase dois milhões de reais. Com essa quantidade de recursos, seria possível investir em melhores condições de vida para a população camponesa, garantindo a permanência no campo com qualidade e evitando o êxodo rural.



Só os trabalhadores organizados podem acabar com a crise

Diante desse cenário de crise, apenas a organização popular possibilitará a mudança real nos rumos do Brasil e do Espírito Santo. Veja exemplos de conquistas obtidas por meio da luta popular:

ASSEMBLÉIA POPULAR CONQUISTA TARIFA SOCIAL NO ES

Organizados na Assembléia Popular, moradores dos bairros de Central Carapina (Serra) e da região de Grande Terra Vermelha (Vila Velha) conquistaram o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (lei 10.438/2002), que estabelece que as famílias que consomem entre 80 e 180kwh de energia têm direito à Tarifa Social. Os descontos nas contas de energia chegaram a ser de até 50%!

VITÓRIA DOS CAPIXABAS: VENDA DO BANESTES ESTÁ SUSPENSA

Os capixabas conseguiram mais uma vitória na luta contra a entrega do patrimônio público estadual: as negociações para a venda do Banestes ao Banco do Brasil estão suspensas desde o dia 22/06. Essa conquista também partiu da luta de diversos setores sociais! Em plebiscito de iniciativa popular promovido pelo Comitê em Defesa do Banestes Público e Estadual, em março deste ano, 91,38% (41.738 pessoas) se manifestaram contrários à venda.

